

A RELAÇÃO NECESSÁRIA ENTRE A MUSEOLOGIA E A ARQUEOLOGIA NO
ÂMBITO DA IMPLANTAÇÃO DO MUSEU DE ANTROPOLOGIA E
ARQUEOLOGIA DE PELOTAS (RIO GRANDE DO SUL, BRASIL)¹

PEDRO LUIS MACHADO SANCHES²

Resumo:

Diante do desafio de planejar um museu arqueológico em Pelotas (RS, Brasil), cabe apontar inicialmente os liames históricos e sociais que se fazem presentes. Uma apresentação das tradições e exemplos remotos permite perceber que a relação entre a Museologia e a Arqueologia foi constantemente necessária, embora seu significado tenha sido reelaborado e o uso político que dela se fez tenha sido redirecionado constantemente. As circunstâncias atuais exigem que o novo museu seja receptivo e refletivo da diversidade cultural, bem como, aberto à multiplicidade de pontos de vista.

Palavras-chave: Museologia, Arqueologia, Tipologias, Linguagem Expositiva, Multidisciplinaridade.

¹ Conferência apresentada no dia 21 de maio de 2009, em celebração da “Semana Nacional de Museus” promovida pelo curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pelotas, RS. Local: Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, Pelotas, RS (o texto e seus resumos não foram anteriormente publicados por meio impresso ou digital).

² Arqueólogo, professor do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (ICH-UFPel) e doutor pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). Presidente da Comissão de Implantação do Museu de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas. Endereço eletrônico: pedrosanches@usp.br . Endereço postal: Rua Alberto Rosa, 154, 96010770, Pelotas, RS, Brasil.

Abstract:

Ahead of the challenge to plan an archaeological museum in Pelotas (RS, Brazil), we start by pointing the historical and social links that are perceived. A presentation of the traditions and remote examples allows to know that the relation between Museology and Archaeology was constantly necessary, even so its meaning has been remade and the political use of this has been redirected constantly. The current circumstances demand that the new museum will be receptive and reflective of the cultural diversity, as well as, opened to the multiplicity of points of view.

Passwords: Museology, Archaeology, typology, expositive language, multidisciplinary approach.

Não há exagero em afirmar que a Museologia e a Arqueologia se complementam desde suas mais remotas origens.

Há cerca de dois mil e seiscentos anos, na Babilônia, a princesa Bel-Shalti-Nannar teria constituído o primeiro “museu de antiguidades” de que se tem notícia, a partir de uma pequena coleção de artefatos com inscrições³. A busca e o entendimento da cultura material, bem como o ordenamento compreensivo de sua apresentação a certo público eram já ações imbricadas.

Em diversas circunstâncias, tal relação parece ter sido restabelecida, seja no âmbito aristocrático, como se viu na coleção dos Médici em Florença, ordenada pelo escultor Donatello⁴ e nos gabinetes de curiosidades que se multiplicaram pela Europa

³ TRIGGER, 1989.

⁴ WEISS, 1969.

até meados do século XVIII⁵, seja nos projetos nacionalistas que conduziram o interesse pelo patrimônio cultural desde a Revolução Francesa⁶.

Dos séculos XVI e XVII, datam tentativas de por ordem nos “objetos curiosos, raros e belos” que se amontoavam em gabinetes e galerias. E os “objetos arqueológicos” greco-romanos: estátuas plenas e relevo, fragmentos arquitetônicos, metais e cerâmica, colecionados desde o mais prematuro renascimento italiano, ganharam em 1565, uma categoria própria no “museu ideal” proposto por Samuel von Quiccheberg⁷.

O século XIX deu aos museus boa parte das atribuições que delegamos a eles hoje, organizando nas principais capitais européias as coleções de velhos gabinetes e os acervos novos, oriundos de pilhagens nas Colônias ultramarinas, como na costa do Mediterrâneo e no Oriente Médio⁸. Naquele que foi considerado o século “de ouro” dos museus, estas instituições se firmaram como locais de interesse científico. Segundo a museóloga Maria Cristina Bruno, os museus do século XIX foram “reconhecidos como centros de estudo e ensino” ficando “marcados, não só pelas inúmeras e sucessivas conquistas no que diz respeito à identificação, classificação e catalogação dos itens de seus acervos, mas também como instituições preocupadas com a conservação, segurança e melhor apresentação de suas coleções”⁹.

Os acervos de museus de perpetuada notoriedade como o *British Museum*, criado em 1753 por decreto¹⁰, e o *Musée du Louvre*, engrandecido sob o império napoleônico¹¹, resultam da usurpação do patrimônio material de povos mitigados pelo

⁵ ROUET, 2001; RAFFAINI, 1993.

⁶ Apud FERREIRA, 2008.

⁷ A segunda categoria do “museu ideal” de Quiccheberg, *Antiquitas e História* (apud BRUNO 1996, p. 295).

⁸ BRUNO 1996.

⁹ Idem, p. 299.

¹⁰ Idem, p. 297.

¹¹ Idem, p. 298.

imperialismo e pelo colonialismo. Há ainda nestes acervos o resquício das velhas coleções particulares confusas e bagunçadas, onde chifres de unicórnio e vasos etruscos disputavam espaço em paredes ordenadas segundo um gosto que aprendemos a chamar de barroco.

A tipologia científicista emergente reordenou decisivamente as coleções assistemáticas anteriores e se fez modelar para inúmeras instituições posteriores¹². Na mesma época, Flinders Petrie propunha suas “datações de sequências” para as tumbas da necrópole que escavou em Nagara, no Egito, e Thomsen apresentou seu afamado sistema das três idades no catálogo do Museu Nacional de Copenhague¹³. As tipologias museais de objetos arqueológicos não se fizeram muito mais que a versão expositiva das crono-tipologias estabelecidas pelos arqueólogos, naturalistas e geólogos da época¹⁴.

Arqueologia e Museologia desembarcaram juntas no Brasil durante o império, tendo fortes laços em comum com o discurso em defesa das “origens nobres do poder colonial”¹⁵. Talvez, um dos mais claros sintomas da proximidade entre estas áreas no Brasil tenha se manifestado nos catálogos elaborados ainda no século XIX, como por exemplo, o primeiro catálogo completo do Museu Nacional¹⁶, publicado em 1838. Nele havia uma seção dedicada aos “objetos relacionados às artes, hábitos e costumes de diversos povos” que incluía “antiguidades egípcias e européias” e também objetos de

¹² Os exemplos mais bem sucedidos para a arqueologia, parecem ser os importantes museus estadunidenses de Boston (*Museu de Belas Artes*) e de Nova Iorque (*Museu Metropolitano*) apud BRUNO 1996.

¹³ BAHN; RENFREW 1993, p. 25 e 32.

¹⁴ Para um exemplo arqueológico, ver o ordenamento do Museu Gregoriano Etrusco do Vaticano segundo a museografia do arqueólogo E. Braun (1837, p. 1 a 10).

¹⁵ FUNARI, 2003.

¹⁶ Cujo título original era “Lista de objetos reunidos no Museu Nacional desta Corte” (apud Funari, 2005)

“povos nativos da África, Ásia, Nova Zelândia, Ilhas Sandwish e Brasil”, estes últimos foram então classificados como “povos ignorantes”¹⁷.

Tal recorte classificatório de natureza ao mesmo tempo cultural, geográfica e racista é herdeiro direto do evolucionismo linear de inspiração darwiniana compartilhado por antropólogos oitocentistas como Lewis Morgan¹⁸, e fez da tipologia de artefatos um método extremamente influente em praticamente todo o mundo.

A condição brasileira não difere da matriz europeia em ao menos um aspecto: “no Brasil, o cuidado do patrimônio sempre esteve a cargo da elite”¹⁹. Os sentidos educacional, ufanista e vigilante dos museus científicos instituídos na Europa setentrional não foram, entretanto, cultivados pelas elites brasileiras como maior ardor. Ao cuidado deficiente do patrimônio, à “falta de interesse na cultura material da elite”²⁰ brasileira, corresponderá um desenvolvimento das pesquisas arqueológicas que talvez se possa reconhecer como descontínuo e desprestigiado.

Atualmente, sequer temos clareza acerca dos desdobramentos da arqueologia brasileira desde o século XIX. Enquanto Pedro Paulo Abreu Funari, por exemplo, considerou que:

*“A Arqueologia tem longa tradição no Brasil, tendo iniciado como uma prática acadêmica logo após a independência, em 1822, sob a tutela financeira da Corte Imperial”*²¹.

¹⁷ FUNARI, 2003.

¹⁸ BAHN; RENFREW 1993, p. 26.

¹⁹ FUNARI, 2007, p. 67.

²⁰ FUNARI 2007, p. 64.

²¹ FUNARI, 2007, p. 107, *grifos nossos*.

Pedro Schmitz, por outro lado, sugeriu que a arqueologia brasileira foi “refundada” entre as décadas de 1960 e 1980, uma vez que as práticas arqueológicas oitocentistas no Brasil não estabeleceram uma tradição. Nos termos deste autor:

“No século XIX a arqueologia praticada no Brasil (...) não teve, como outros países latino-americanos tiveram, a continuidade local de mestres residentes e discípulos institucionais que facilitasse o acompanhamento da ciência mundial”²².

Mais de um século depois do dinamarquês Peter Lund, preocupado com cronologias pré-diluvianas, decifrar restos humanos de cerca de 30 indivíduos de duas “raças” diferentes²³ em Minas Gerais, as orientações ideológicas de Arqueólogos e Museólogos brasileiros e, conseqüentemente, os usos políticos e sociais dos museus que abrigam coleções arqueológicas mudaram muito. Persistem, entretanto, evidentes resquícios de uma valoração elitista inclinada à construção de uma identidade comum e, portanto, avessa ao pluralismo étnico e cultural²⁴. É o que se vê, por exemplo, em exposições estruturadas pelo binômio “forma e função”, alheias à diversidade de ressignificações circunstanciais dos objetos expostos²⁵.

A arqueologia que se faz no Brasil, historicamente avessa ao interesse público por suas ações²⁶ e, neste sentido, elitista, tem passado nos últimos 20 anos por uma

²² SCHMITZ, 2003, p. 262, *grifos nossos*.

²³ NEVES; ATUI, 2004, p. 162.

²⁴ FUNARI, 2005.

²⁵ Ressignificações estas que interessam à interpretação de muitos arqueólogos, ao menos desde 1982, quando Ian Hodder publicou “Symbols in action” inaugurando o pós-processualismo (FUNARI; ZARANKÍN; STOVEL 2005, p. 1-4).

²⁶ FUNARI 2007, p. 60.

mudança de intensidade inegável e se faz necessário concordar com Funari, quando afirma que:

“Talvez o mais importante ganho da Arqueologia, nos últimos anos, tenha sido o seu engajamento com o público”²⁷.

O esforço de ordenamento que caracterizou os museus do norte da Europa no século XIX legou aos nossos museus de arqueologia uma bipartição importante: de um lado, os museus arqueológico-artísticos, de outro os museus arqueológico-tecnológicos²⁸. Mas em *terra brasilis* sincretizam-se também estas tendências e museus majoritariamente pré-históricos, de vocação, portanto, tecnológica, como o Museu do Sambaqui de Joinvile e o Museu do Homem Americano, em São Raimundo Nonato, terão lugar também para a apresentação isolada de objetos, ou seja, sem maiores considerações das circunstâncias de achado, de produção, uso e descarte. Tais objetos puderam ser envidraçados ou postos em pedestal sob um foco de luz enobrecedor, num evidente apelo estético.

Por diversificados que sejam, os museus de qualquer tipo parecem promover uma taxionomia das sociedades em que estão inseridos²⁹, e é forçoso pensar que as tipologias e crono-tipologias arqueológicas, comuns tanto aos museus de vocação artística, quanto aos museus de tecnologia (e por consequência a este “museu misto”, difícil de apreender, que parece emergir no Brasil), possuem também uma natureza taxionômica. Aliás, esta caracterização é imputável a grande parcela da prática reconhecida como científica e, nesta condição, poderemos compartilhar as palavras de

²⁷ FUNARI, Desaparecimento e Emergência dos grupos subordinados na Arqueologia Brasileira in Arqueologia e Patrimônio, 2007, p. 122.

²⁸ BRUNO 1996, p. 301.

²⁹ FUNARI 2007, p. 97-98.

Levi-Strauss quando disse: “nós classificamos, o melhor que podemos, mas ainda sim classificamos”³⁰.

Afinal, que valor este breve histórico fragmentado e vacilante, ou outro que melhor o substitua, poderá ter numa reflexão sobre o ato autônomo de fundação de um museu arqueológico universitário?

Se as classificações museológicas refletem “a própria hierarquia social” na qual os museus surgiram, não se trata agora, evidentemente, de promover a desordem em nome do pluralismo cultural, mas de integrar os mais diversos públicos, transformando “consumidores em produtores de conhecimento”, fazendo do museu um ambiente onde transparecem e interagem pesquisa e educação, “reflexão pedagógica e científica”, um lugar feito “com a comunidade” (em parceria, debate e até mesmo conflito com ela), e não “para a comunidade”³¹.

Dentre os desafios que arqueólogos e museólogos enfrentam juntos atualmente, está a construção de uma linguagem expositiva que não proponha homogeneização social ou exotividade cultural, características que podemos perceber de vários modos nos museus tradicionais³².

Cabe também àqueles que se propõem a musealizar objetos e sítios arqueológicos, dar voz e espaço aos ditos “grupos subalternos”, evitando, contudo, uma “política de identidades” pautada por delimitações artificiais, como argumentou recentemente Lúcio Menezes Ferreira³³. Ainda segundo ele, mais importante que as tradicionais classificações por identidade cultural é a abertura dos museus para os

³⁰ Apud ROUET 2005.

³¹ Este parágrafo expressa sobretudo as idéias de Funari (2007, p. 98 e 99) e também de W. Rússio (apud FUNARI 2007, p. 99).

³² Ver RAFFAINI 1993.

³³ FERREIRA, 2008.

“conhecimentos tradicionais”, o que proporciona uma pluralidade também dos significados³⁴.

Muito do que se observa na história dos museus constitui hoje aquilo que procuramos evitar, mas a apropriação de artefatos arqueológicos por diversos públicos e com diversos interesses pode nos ajudar a tratar questões importantes que nem sempre encaramos seriamente: por que a maioria esmagadora dos públicos possíveis de um museu não tem qualquer interesse em visitar um museu? E ainda, porque o entendimento de que os museus são “depósitos de velharias”³⁵ é tão recorrente e tem merecido cotidianamente as mais diversas dissuasões por parte dos profissionais de museu?

O museu Arqueológico da Universidade Federal de Pelotas está sendo planejado com o declarado objetivo de ser plural e multidisciplinar. Sua implantação depende da restauração e da adequação do edifício conhecido como “casa 8”³⁶, situado no centro histórico de Pelotas, e deverá abrigar espaços expositivos permanentes e temporários, um setor educativo e ao menos um laboratório de restauro de materiais cerâmicos, além de espaços compartilhados de acolhimento, convivência e pesquisa.

Um projeto destinado a planejar a implantação do museu, acompanhar os trabalhos de restauração e adequação do edifício, além de promover sua museografia, conta atualmente com a participação de professores e estudantes das áreas de Museologia, Conservação e Restauro, História, Antropologia e Arqueologia.

O museu arqueológico não será o único a funcionar no edifício, dividirá espaço com o Museu do Doce de Pelotas. E, além de tais museus, já é dada como certa a construção de um auditório de 60 lugares no porão do edifício.

³⁴ Idem, *ibidem*.

³⁵ RAFFAINI 1993, p. 159.

³⁶ Obra em andamento no ano de 2011.

Sendo estas palavras despretensiosas quanto à caracterização definitiva do novo museu, gostaria apenas de dizer que nos preocupamos, eu e os demais integrantes do projeto, em não propor uma cisão categórica entre os acervos pré-históricos e históricos de nossa exposição. Ao contrário, evitamos separações artificiais e segmentações em setores cronológicos ou tipológicos. A idéia inicial era permitir a fruição de perspectivas, ou pontos de vista diversos, num percurso retroativo aberto às múltiplas apropriações por parte do visitante. Definidos estariam apenas os pontos de partida e de chegada do percurso expositivo: começando pelo mais evidente de todos os vestígios expostos (o prédio), e terminando pelo mais antigo de todos (o zoólito em forma de tubarão, símbolo do laboratório de ensino e pesquisa em antropologia e arqueologia da Universidade Federal de Pelotas). Mais do que adaptar um velho casarão à nova função de museu, temos o intuito de expor um casarão histórico como vestígio material que é, como testemunho daqueles anônimos que o construíram e que o ornaram de estátuas, relevos e escaíolas. Parte significativa do acervo será constituída de objetos encontrados nas escavações do próprio casarão fazendo dele um tema ainda mais importante, posto que os objetos nos revelam o cotidiano de seus habitantes, senhores e subalternos, em diferentes épocas, o funcionamento de sua cozinha, a sucessão de ocupações com finalidades nem sempre bem documentadas.

Podemos reconhecer como errônea a idéia de que a preservação de um casarão histórico significa exclusivamente a preservação da memória de seus proprietários. O casarão certamente sobreviveu melhor que senzalas, quilombos e aldeamentos indígenas e caboclos, em razão do poderio que simbolizava, agora nos dá a oportunidade de refletir sobre as relações sociais e as trocas culturais expressas em sua construção, nas reformas pelas quais passou, nos objetos que ali se preservaram arqueologicamente.

Enquanto espaço de localização privilegiada, o museu deve servir de aglutinador de interesses diversos de diferentes áreas de conhecimento presentes na universidade, mas especialmente de grupos sociais diversos, por isso, se pensou inicialmente em destinar parte do espaço físico do casarão às exposições temporárias e a outras atividades. O pátio e o auditório também devem servir aos propósitos de recepção de atividades diversas.

Um local de trabalho e estudo onde profissionais de diversas áreas estarão em contato constante com o público e onde o público verá a prática científica em processo e fará parte dela em ações integradas de educação e pesquisa. Isto talvez esteja distante do tradicional museu científico europeu, mas, por outro lado, guarda certamente a indissociabilidade milenar entre a busca e o entendimento dos objetos do passado e sua apresentação ao público.

Agradecimentos:

Aos colaboradores do projeto e da comissão de implantação do Museu de Arqueologia e Antropologia da Universidade Federal de Pelotas nos anos de 2008 e 2009 (Profs. Drs. Fábio Vergara Cerqueira; Lúcio Menezes Ferreira; Cláudio Carle; Diego Lemos Ribeiro, Jaime Mujica), e às organizadoras da Semana de Museus da Universidade Federal de Pelotas (Profas. Dras. Francisca Ferreira Michelin; Noris Mara Pacheco Martins Leal).

Bibliografia:

BAHN, P.; RENFREW, C., (1993). **Arqueología, Teorías, Métodos y Práticas** (trad.: M. Mosquera Rial). Madrid: Akal (original publicado em 1991).

- BRAUN, E., (1837). *Museo gregoriano d'etruschi monumenti* in **Bullettino dell'Instituto di Corrispondenza Archeologica I e II**, gennaio e febraro 1837. Roma: Instituto di Corrispondenza Archeologica, p. 1-10.
- FERREIRA, Lúcio M., (2008). Patrimônio, pós-colonialismo e repatriação arqueológica. **Ponta de Lança**, v. 1, n. 2, São Cristóvão.
- FUNARI, P., (2003). Desaparecimento e emergência de grupos subordinados na Arqueologia Brasileira. **Horizontes Antropológicos** n. 18, Porto Alegre.
- FUNARI, P., (2005). Considerações sobre o profissional de museu e sua formação. **Nethistoria**., Disponível em: < www.nethistoria.com.br >, acesso em: 24/02/2006, 03:47:47.
- FUNARI, P.; ZARANKIN, A.; STOVEL, E., (2005). Global archaeology theory: introduction. In FUNARI; ZARANKIN; STOVEL (eds.) **Global Archaeology Theory: contextual voices and contemporary thoughts**. New York: Kluwer Academic; Plenum Publishers, p. 1-10,.
- FUNARI, P., (2007). **Arqueologia e Patrimônio**. Erechim: Habilis.
- NEVES, W.; ATUI, J., (2004). O Mito da homogeneidade biológica na população paleoíndia de Lagoa Santa: implicações antropológicas. **Revista de Antropologia** volume 47, no. 1. São Paulo: USP, p. 159-206.
- RAFFAINI, P., (1993). Museu Contemporâneo e os Gabinetes de Curiosidades. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia** n. 3, p. 159 a 164.
- ROUET, Ph., (2001). **Approaches to the study of Attic vases**. Oxford: Oxford University Press.
- TRIGGER, B., (1992). **Historia del Pensamiento Arqueológico** (traducción castellana de Isabel García Trócoli). Barcelona: Editorial Crítica (original publicado em 1989).

WEISS, R., (1969). **The Renaissance Discovery of Classical Antiquity**. New York:
Humanities Press.